

HABEAS CORPUS Nº 548.270 - SP (2019/0355424-4)

RELATOR : **MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO**
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
ADVOGADOS : RAUL CARVALHO NIN FERREIRA - SP267262
DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : KLEBER DE MOURA (PRESO)
PACIENTE : ANTONIO CARLOS DOS SANTOS (PRESO)
PACIENTE : RICARDO ALEXSANDRE SILVA MENEGHIM (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* com pedido liminar impetrado em favor de KLEBER DE MOURA, ANTONIO CARLOS DOS SANTOS e RICARDO ALEXSANDRE SILVA MENEGHIM no qual se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO (Apelação Criminal n. 0001253-28.2017.8.26.0616).

Consta dos autos que os pacientes ANTONIO CARLOS DOS SANTOS e RICARDO ALEXSANDRE SILVA MENEGHIM foram condenados, cada um, à pena de 5 anos e 6 meses de reclusão, em regime inicial fechado, além de 13 dias-multa, e o paciente KLEBER DE MOURA, à uma pena de 6 anos e 5 meses de reclusão, em regime inicial fechado, além de 15 dias-multa, pela prática do crime previsto no art. 157, § 2º, I e II, do Código Penal (e-STJ fls. 424/429).

Irresignada, a defesa interpôs apelação. O Tribunal de Justiça negou provimento ao recurso (e-STJ fls. 565/574).

A presente impetração funda-se no alegado constrangimento ilegal consubstanciado na imposição de excessiva pena, sustentando a defesa que "o magistrado elevou a pena na terceira fase, afastando-se da fração mínima de 1/3 (um terço) contida no § 2º, do artigo 157, do Código Penal, apenas mencionando que se tratam DUAS causas, o que implicaria maior censurabilidade, SEM apresentar motivação IDÔNEA para tanto" (e-STJ fl. 6).

Ressalta que o aumento na terceira fase de aplicação da pena no crime de roubo circunstanciado exige fundamentação concreta, não sendo suficiente para a sua exasperação a mera indicação do número de majorantes.

Diante disso, pleiteia, em tema liminar e no mérito, o afastamento da "elevação da pena realizada, na terceira fase de aplicação da pena, em razão das majorantes no quantum de 3/8" (e-STJ fl. 11).

É, em síntese, o relatório.

A liminar em *habeas corpus*, bem como em recurso ordinário em *habeas corpus*, não possui previsão legal, tratando-se de criação jurisprudencial que visa minorar os efeitos de eventual ilegalidade que se revele de pronto.

Em juízo de cognição sumária, não visualizo manifesta ilegalidade no ato ora impugnado a justificar o deferimento da medida de urgência.

Não obstante os fundamentos apresentados pela defesa, mostra-se imprescindível uma análise mais aprofundada dos elementos de convicção constantes dos autos para verificar a existência de constrangimento ilegal.

Ademais, o pedido liminar confunde-se com o próprio mérito da irresignação, o qual deverá ser apreciado em momento oportuno, por ocasião do julgamento definitivo deste processo.

Ante o exposto, **indefiro a liminar**.

Solicitem-se informações ao Tribunal *a quo* e ao Juízo de primeiro grau, ressaltando-se que esta Corte Superior deverá ser notificada de qualquer alteração no quadro fático atinente ao tema objeto deste feito.

Requeira-se, ainda, senha para acesso aos andamentos processuais constantes do respectivo portal eletrônico, tendo em vista a restrição determinada pela Resolução n. 121 do Conselho Nacional de Justiça.

Após, dê-se vista dos autos ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília, 28 de novembro de 2019.

Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO
Relator